



PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 103/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2019

**CONTRATAÇÃO DE SEGURO PREDIAL MULTIRRISCO PARA IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO CRF-SP**

**LICITAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

De ordem do Sr. Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF-SP, Autarquia Federal, instituído pela Lei nº 3.820/1960, C.N.P.J 60.975.075/0001-10, por intermédio de sua Coordenadora de Licitações e Contratos, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que se fará realizar licitação na modalidade de “PREGÃO ELETRÔNICO”, do tipo “MENOR PREÇO”, que será regida pelo disposto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 5.450/2005 e no Decreto nº 8.538/2015, e na Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com as disposições que seguem:

**1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente licitação tem por finalidade a “**contratação de seguro predial multirrisco para imóveis de propriedade do CRF-SP**”, em conformidade com o OBJETO – ANEXO I.

**2. DO DIA, HORA E LOCAL DO CERTAME**

- 2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da *Internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital conforme indicado abaixo:

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**DATA:** 06/11/2019.

**HORÁRIO:** 10:30.

**UASG:** 389461.

- 2.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, ela será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente ao ora fixado.
- 2.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR**

- 3.1. Poderão participar desta licitação todos os interessados, devidamente cadastrados e habilitados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º do artigo 1º do Decreto 3.722/2001, pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação para a execução dos serviços, em especial os relativos à prova de habilitação jurídica, prova de qualificação técnica e prova de regularidade fiscal e trabalhista.
- 3.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.1.2. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar deste pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade



Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas (Parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 3.722/2001);

- 3.2. A participação neste certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 3.3. Não será permitida a participação neste certame das empresas:
- a) Cuja falência tenha sido decretada, estejam sob concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou dissolução;
  - b) Que estejam com seu cadastro no SICAF suspenso ou cancelado;
  - c) Que tenham sido suspensas de licitar ou estejam impedidas de contratar com o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo;
  - d) Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - e) Que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
  - f) Constituídas em forma de consórcio;
  - g) Cujos estatutos ou contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão; e
  - h) Estrangeiras que não estejam devidamente constituídas no Brasil.

#### 4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 4.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRF-SP qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, devendo o licitante comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto ao uso da senha.

#### 5. DA CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS

- 5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e



subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, o que ocorrerá a partir da divulgação da licitação até a abertura da sessão do Pregão, informada no item 2.1 do Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

- 5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo suas propostas e seus lances como firmes e verdadeiros.
- 5.3. Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.
- 5.5. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 5.6. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), para participar do certame e usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 11.488/2007, no caso das sociedades cooperativas, deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, a sua condição de ME ou EPP.
  - 5.6.1. A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que **não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando-a à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União**, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
  - 5.6.2. O CRF-SP, considerando o teor do Acórdão TCU nº 298/2011 – Plenário, poderá adotar procedimentos complementares, mediante diligência, tais como solicitação de demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos que julgue necessários, a fim de ratificar o atendimento, pelos licitantes, das exigências da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.
- 5.7. A proposta de preços assinada e digitalizada do licitante vencedor, contendo as especificações detalhadas do objeto, deverá ser formulada e enviada, atualizada em conformidade com o último lance ofertado, num prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento da etapa de lances, por convocação do Pregoeiro pelo Sistema Eletrônico ("Convocação de Anexo").
  - 5.7.1. A proposta de preços assinada e digitalizada referente à habilitação **SOMENTE** poderá ser remetida ao endereço eletrônico: [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br), nos seguintes casos:
    - a) por **solicitação do Pregoeiro**, para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica do CRF-SP, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico; ou
    - b) se **comprovada** a inviabilidade de envio pelo Sistema Eletrônico, sendo **insuficiente** para tal comprovação a mera alegação do participante. Nesta hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade "Convocar Anexo", de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição dos demais licitantes.



- i. a conexão ao sistema é de responsabilidade da participante, não sendo admitida a alegação de qualquer problema com aquela como justificativa para impossibilidade de envio da documentação, em conformidade com o item 5.3 deste edital.
- 5.7.2. Dentro do prazo de 02 (duas) horas, poderão ser remetidos, por iniciativa do licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos à sua proposta de preços. Na hipótese de a proposta já ter sido incluída no Sistema Eletrônico, faz necessário que o licitante formalize ao Pregoeiro, via mensagem, chat ou e-mail, o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o Pregoeiro fará novo uso da funcionalidade "Convocar Anexo".
- 5.7.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da proposta de preço ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria ter sido remetido juntamente com a proposta, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta, e a convocação do próximo licitante.
- 5.7.4. A proposta comercial será preenchida em conformidade com modelo constante no Anexo II deste edital, e deverá, ainda, conter:
  - a) Preços unitários e total do objeto, em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os preços unitário e total, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias). Entretanto, para fins de apresentação das propostas e lances no Sistema Eletrônico, será considerado o Preço Unitário de cada Item;
  - b) Prazo de validade, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
  - c) Nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para fins de pagamento;
  - d) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
  - e) Assinatura do administrador ou representante legal com poderes para tal, constante do contrato social (ou similar), ou procurador, mediante apresentação de procuração válida e vigente, conferindo poderes para tal representação, devendo o documento estar assinado por representante legal, nas mesmas condições supramencionadas.
- 5.7.5. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de se incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto", inclusive marca e modelo.
- 5.8. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.9. **O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço, deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que participou da sessão pública.**



- 5.10. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital e seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como que apresentarem **preços manifestamente inexequíveis**.
- 5.10.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43, da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua inexequibilidade podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) Questionamentos à proponente para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
  - b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
  - c) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a administração ou com a iniciativa privada;
  - d) Verificação de notas fiscais dos produtos ou serviços adquiridos pelo proponente.
- 5.11. No caso da licitação possuir mais de um grupo, o licitante não está obrigado a cotar todos eles, porém, em cada grupo ofertado deverão estar incluídos todos os respectivos itens que o compõem, sob pena de desclassificação.
- 5.12. Não será levada em consideração proposta que contenha vantagem não prevista neste edital, inclusive aquela caracterizada por valor baseado nas ofertas dos demais licitantes.
- 5.13. É facultada à Administração, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.
- 5.14. Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6. DA RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. A partir da data e horário previsto no subitem 2.1 deste edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.
- 6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.2.1. Não será admitida a desistência da proposta ou do lance, após o INÍCIO ou o ENCERRAMENTO da fase de lances.
- 6.2.2. No caso de o licitante DESISTIR do lance ofertado, ficará sujeito à aplicação das sanções previstas no item 15 deste Edital.

## 7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema



eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento desses e de seus respectivos valores e horários de registro.

- 7.1.1. Na fase de lances, a classificação final será pelo **VALOR GLOBAL DO ITEM**, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o **menor valor global do ITEM**.
- 7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e suas regras de aceitação, contendo cada lance **no máximo 02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos, **sob pena de exclusão do lance**.
- 7.3. **Durante a fase de lances, não serão aceitos pedidos para exclusão de lances dados equivocadamente.**
- 7.4. Cada licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
  - 7.4.1. Em observância às disposições insertas na IN SLTI/MP nº 03, de 04/10/2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre os lances em geral não poderá ser inferior a 03 (três) segundos.
  - 7.4.2. Os lances enviados em desacordo com o subitem 7.4.1 serão excluídos automaticamente pelo sistema eletrônico.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema, ressalvadas as hipóteses de aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.12 (desempate para ME/EPP).
- 7.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.
- 7.7. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
  - 7.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
  - 7.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro, ficando a cargo do sistema eletrônico encaminhar aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de **até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado**, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.9. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 7.10. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.



- 7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.11.1. Caso o lance vencedor esteja acima do valor estimado, o licitante será convocado, pelo *chat* do sistema, para negociar o valor do lance, e, em caso de não atendimento à convocação dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro, de no mínimo 15 (quinze) minutos, o licitante poderá ser desclassificado do certame, sendo convocado o próximo colocado para a negociação. Tal regra será aplicada subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de empresa que atenda proposta compatível a este Edital e seus anexos.
- 7.12. Qualquer elemento que possa identificar a LICITANTE importará na desclassificação da proposta. Desse modo, antes de encerrada a fase de lances, as participantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar à identificação da LICITANTE.
- 7.13. Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME e EPP, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.13.1. Entende-se por empate ficto, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances.
- 7.13.2. Na ocorrência de empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão. É de responsabilidade do licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento. Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;
  - b) Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.12, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito.
- 7.14. Na hipótese em que nenhuma das licitantes exerça seu direito de preferência previsto acima, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico, sem prejuízo das sanções cabíveis em razão do registro de declaração/manifestação falsa.

## 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema eletrônico fará automaticamente a totalização dos valores cotados para o ITEM.
- 8.2. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, obtido por meio de pesquisa de mercado.



- 8.2.1. O pregoeiro abrirá o ITEM e procederá a análise das propostas/lances dos itens. **A desclassificação ou a não aceitação do ITEM implicará na desclassificação da proposta**, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para o ITEM.
- 8.2.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, de forma fundamentada, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (§ 2º, do Art. 22, do Decreto nº 5.450/2005).
- 8.3. Confirmada a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento do preço, procedendo à verificação da habilitação do licitante, conforme as disposições deste edital e seus anexos.
- 8.4. A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados os **PREÇOS UNITÁRIOS, obtidos por meio de pesquisa de mercado**.
- 8.4.1. Em conformidade com o disposto no Acórdão do TCU n.º 2080/2012-Plenário, a disponibilização aos licitantes das informações afetas ao(s) preço(s) unitário(s) e global estimados dar-se-á **apenas após a fase de lances**, sendo facultado aos licitantes sua consulta no processo administrativo físico, conforme item 17.13 do edital.
- 8.4.2. O preço do item será utilizado na análise dos valores ofertados pelo licitante, para fins de aceitação ou não da proposta comercial.
- 8.5. Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e as condições de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que satisfaça às condições e exigências constantes no Edital e seus anexos.
- 8.5.1. Ocorrendo a situação referida neste subitem, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.
- 8.5.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## 9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, o licitante detentor da melhor proposta ou lance encaminhará ao CRF-SP a documentação referente à habilitação, assinada e digitalizada, no prazo máximo de 02 (duas) horas, por convocação do Pregoeiro pelo Sistema Eletrônico ("Convocação de Anexo").
- 9.1.1. A documentação assinada e digitalizada referente à habilitação **SOMENTE** poderá ser remetida ao endereço eletrônico: [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br), nos seguintes casos:
- por **solicitação do Pregoeiro**, para fins de agilizar o envio da documentação à área técnica do CRF-SP, sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico; ou
  - se **comprovada**, e não somente por alegação da participante, a inviabilidade de envio pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nesta hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade "Convocar Anexo", de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição dos demais licitantes.





- i. A conexão ao sistema é de responsabilidade da participante, não sendo admitida a alegação de qualquer problema com aquela como justificativa para impossibilidade de envio da documentação, em conformidade com o item 5.3 deste edital.
- 9.1.2. Dentro do prazo de 02 (duas) horas poderão ser remetidos, por iniciativa do licitante, tantos quantos forem os documentos complementares ou retificadores afetos à sua documentação de habilitação. Caso a proposta já conste no Sistema Eletrônico, faz-se necessário que o licitante formalize ao Pregoeiro, via mensagem, chat ou e-mail o desejo de envio de nova documentação. Nesse caso, o Pregoeiro fará novo uso da funcionalidade "Convocar Anexo".
- 9.1.3. Em atenção ao princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentos de habilitação ou de qualquer outro documento complementar ou retificador ou que deveria ou poderia ter sido enviado dentro do prazo acima estipulado, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação do próximo licitante.
- 9.1.4. Na hipótese prevista no subitem 9.1.1, a documentação remetida por e-mail deverá corresponder exatamente àquela inserida no Sistema Eletrônico. O envio de documento não inserto no Sistema Eletrônico resultará na sua desconsideração, para fins de análise por parte da área técnica, salvo na hipótese de pedido expresso do licitante, formalizado dentro do prazo de 02 (duas) horas, para a inclusão de tal documentação, situação na qual será aplicado o mesmo procedimento previsto no subitem 9.1.2, qual seja, o novo uso, pelo Pregoeiro, da funcionalidade "Convocar Anexo".
- 9.2. A habilitação da licitante vencedora será verificada "on-line" no SICAF - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores, após a análise, julgamento e aceitação da proposta, nos documentos por ele abrangidos: **Habilitação Jurídica**, **Regularidade Trabalhista** (Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa), **Regularidade Fiscal Federal** (Receita Federal do Brasil – certidão conjunta/FGTS e INSS), **Regularidade Fiscal Estadual/Municipal** (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal) e **Qualificação Econômico-Financeira** (certidão de fálência e concordata e balanço patrimonial), além da documentação complementar especificada no item 9.4 deste edital.
- 9.2.1. Caso algum ou todos os documentos presentes no SICAF estejam vencidos, o licitante deverá apresentá-los em conjunto com os demais aqui previstos, em situação regular e com prazo de validade em vigor na data da abertura das propostas.
- 9.2.2. Para efeito do disposto no item 9.2.1, são documentos necessários:
- 9.2.2.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
  - c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade



limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764/71;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.2.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### 9.2.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.2.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.2.2.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.2.2.2.5. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante, expedida pelo órgão competente, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado;

9.2.2.2.6. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal da licitante, expedida pelo órgão competente, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa relativa a tributos **MOBILIÁRIOS** (tributos que não têm sua origem relacionada a imóveis)

9.2.2.2.6.1. Restará obrigatória, também, a COMPROVAÇÃO DE quitação com o município quanto as taxas imobiliárias, nos termos do item 9.4.3 do edital.



### 9.2.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.2.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não excedente a 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta de preço.

9.2.2.3.2. Apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, observadas as seguintes previsões:

9.2.2.3.2.1. A empresa interessada **não obrigada** a publicar o balanço, porém obrigada à sua elaboração, deverá:

- a) Apresentar cópia legível das páginas do LIVRO DIÁRIO, no qual tenham sido transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício;
- b) Apresentar a documentação assinada pelos sócios e pelo contador responsável, com os respectivos termos de abertura e de encerramento do livro registrados na Junta Comercial, se o caso;
  - i. As empresas que se enquadram nas condições previstas no artigo 27 da Lei Complementar nº 123/06, combinada com o artigo 65 da Resolução nº 94 do Comitê Gestor do Simples Nacional e Resolução nº 1.418 do Conselho Federal de Contabilidade, poderão seguir as regras de contabilidade simplificada.

9.2.2.3.2.2. A empresa interessada **obrigada** a publicar o balanço deverá apresentar a respectiva prova e a certidão de arquivamento na Junta Comercial;

9.2.2.3.2.3. A verificação da boa situação financeira do licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devidamente justificados com base no que exige o inciso V, do artigo 43, da IN MPOG/SLTI nº 02/2010 (DOU 13/10/2010), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; e$$

- 9.2.2.3.2.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.
- 9.2.2.3.2.5. Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes;
- 9.2.2.3.2.6. Em se tratando de documentação constante do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, consoante os artigos 22 e 23 da IN nº 107 do DNRC c.c. Decreto nº 6.022/2007, o balanço patrimonial somente será recebido com a comprovação de validade pela existência do referido livro digital e respectivo Termo de Autenticação, encaminhando-se todas as vias ao ente licitante, salvo normatizações específicas.
- 9.2.2.3.2.7. Empresas enquadradas no item 9.2.2.1.“b” – MEI (Microempreendedor individual) – estão dispensadas da apresentação do registro dos documentos exigidos no item 9.2.2.3.2, nos termos do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, cumulado com os artigos 970 e 1.179 do Código Civil, sem prejuízo da obrigação de demonstrar a liquidez e solvência da empresa.
- 9.2.3. Caso o licitante não apresente as certidões na forma descrita nos itens 9.2.2.2.5 e 9.2.2.2.6, por motivo de isenção de tributos estaduais ou municipais, deverá fazer prova de sua condição, mediante declaração do órgão competente.
- 9.2.3.1. Caso os documentos listados no item 9.2.2.2 não apresentem prazo de validade expresse, considerar-se-á o prazo de 6 (seis) meses contados de sua emissão.
- 9.2.4. Em conformidade com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de sua regularidade **fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição, podendo se valer do SICAF, conforme o item 9.2 deste edital. Caso a documentação (seja aquela apresentada pelo Licitante, caso aquela presente no SICAF) apresente restrições, será assegurado à Licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



- 9.2.4.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 9.2 do Edital, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- 9.3. Durante a análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro realizará consulta para a verificação de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Corregedoria Geral da União (CGU), aplicando, se o caso, o disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010.
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
  - d) Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- 9.3.1. As consultas descritas nos itens 9.3, “b”, “c” e “d”, poderão ser realizadas de forma unificada através da plataforma disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União, por meio de consulta ao site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 9.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.4. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR** – Além do SICAF em situação “regular”, a licitante deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
- 9.4.1. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante aptidão para o fornecimento de materiais e/ou prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão;
    - i - A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado fornecido, podendo apresentar, dentre outros documentos, cópia das notas fiscais, cópia do contrato que deu suporte à contratação, ordens de compra ou serviço, contatos da empresa contratante (e-mail, telefone, celulares etc.), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
  - b) Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;



- i. O pregoeiro poderá verificar a autenticidade do documento por meio de consulta à base de dados da SUSEP, pela Internet no endereço: <http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/emissao-de-certidoes>.

#### 9.4.2. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- a) Certidão Simplificada, declaração ou documento similar, expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove o enquadramento do licitante na categoria de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) na forma prevista no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

- 9.4.2.1. Nos casos de MEI (Microempreendedor Individual), a prova de habilitação prevista no item 9.2.2.1, alínea "b" do edital também será considerada para fins de atendimento ao item 9.4.2.

#### 9.4.3. TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS

- 9.4.3.1. Restará obrigatória a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa relativa a tributos **IMOBILIÁRIOS** (cuja incidência está relacionada com a propriedade de imóveis), em cumprimento ao disposto no artigo 29, inciso III da Lei nº 8.666/93.

- 9.4.3.1.1. Poderá a licitante apresentar certidão unificadas de tributos municipais, sendo esta admitida para fins de atendimento aos itens 9.4.3.1 e 9.2.2.2.6, desde que nela conste expressamente a abrangência de ambos os tributos, estando sujeita a verificação por diligência junto ao respectivo município.

- 9.4.3.2. A licitante que não possua imóveis, ou que possua isenção de tais tributos, na impossibilidade de apresentação de certidão nos termos do item 9.4.3.1, deverá fazer prova de sua condição, mediante apresentação declaração do órgão competente, tal como certidão de rol nominal ou similar, conforme o município de sua Sede, que comprove que não possui cadastro municipal de imóveis ou que é isento de sua contribuição.

- 9.4.3.3. Aplica-se a esta certidão à previsão constante do item 9.2.4 do edital, sendo esta parte da tributação fiscal municipal.

- 9.4.4. Caso seja constatada a ausência de quaisquer dos documentos complementares e, estando os mesmos, por liberalidade da licitante, previamente anexados ao SICAF, o pregoeiro poderá proceder à verificação se o mesmo consta anexado e, atendendo as exigências do edital, o mesmo poderá ser considerado para fins de habilitação da licitante.

- 9.5. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em até 05 (cinco) dias úteis após a homologação no sistema, em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

- 9.5.1. A documentação habilitatória apresentada em cópia autenticada digital pelo denominado "cartório virtual", terá o mesmo valor jurídico dos documentos originais e de cópias autenticadas em papel, desde que, acompanhada da respectiva certidão de autenticação digital, que comprove a veracidade do documento e a legitimidade do cartório, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/01.



9.5.1.1. Conforme Decreto nº 8.539/2015, serão aceitos os documentos assinados por meio de certificado digital, desde que obedecidos os padrões do ICP-Brasil.

**9.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.**

9.7. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; caso seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos no nome da filial, no primeiro caso, ou da matriz, na segunda hipótese.

9.8. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 9 deste Edital.

### **10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

10.5. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br), até às 17h30 do horário de Brasília/DF, ou ainda manifestada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e protocolada em via original, no horário das 08h30 às 17h30, em dias úteis, no Departamento de Atendimento do CRF-SP – Rua Capote Valente, 487 – Térreo – Jardim América – CEP 05409-001 – São Paulo – SP.

10.5.1. O início do prazo referido no item 10.1 desconsiderará o dia da sessão pública, considerando o último dia do período.

10.5.2. Não serão conhecidas as impugnações enviadas por qualquer outro meio que não o previsto no item 10.1, tampouco as apresentadas após o vencimento do prazo.

10.5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**.

10.5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### **11. DOS RECURSOS**

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, contados da abertura da fase recursal, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Em havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.2. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



- 11.1.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomençará a contar quando da decisão final da autoridade competente.
- 11.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações e Contratos do CRF-SP – Rua Capote Valente, 487 – 3º andar – CJ 32 – Jardim América – CEP 05409-001 – São Paulo – SP, em dias úteis, no horário das 08h30 às 17h30. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados por e-mail ou por qualquer outro meio que não pelo sistema eletrônico, tampouco aqueles com os respectivos prazos legais vencidos.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao licitante vencedor, pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão correrá à conta de Seguros em Geral - Elemento de despesa: 6.2.2.1.1.01.04.04.005.003 do orçamento de 2019.

## 14. DO PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será feito após a completa execução dos serviços e entrega dos itens, a contar do recebimento da nota fiscal, creditada em conta bancária da licitante, no prazo de 21 (vinte e um) dias, mediante atesto do departamento gestor do contrato. Caso seja devolvida por qualquer irregularidade quanto ao atesto ou documental/fiscal novo prazo de 21 (vinte e um) dias será contado a partir de sua reapresentação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da data de vencimento.
- 14.1.1. A nota fiscal poderá ser substituída por fatura ou documento equivalente, observada a legislação aplicável.
- 14.1.2. A nota fiscal deverá ser emitida, preferencialmente, na data da execução do serviço ou da entrega dos itens, para que não haja conflito na contagem dos prazos com relação a emissão e execução.
- 14.1.3. No campo para descrição na nota fiscal a empresa deverá informar os dados bancário para depósito, fazendo constar o Banco, número da Agência e Conta Corrente ou Poupança, caso a empresa opte por esta forma de pagamento. Em caso de pagamento via boleto, a empresa deverá





observar as retenções previstas pelo item 14.1.4.

14.1.4. Para emissão da nota fiscal, a empresa vencedora deverá observar a legislação fiscal vigente e suas alterações subsequentes, especialmente a Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, e suas alterações, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços (<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200&visao=anotado>), devendo fazer constar no campo próprio da nota fiscal os percentuais de descontos e retenções.

14.1.4.1. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às suas receitas próprias, deverão, juntamente com a nota fiscal para pagamento, apresentar devidamente preenchido o Anexo IV da instrução Normativa a que se refere o item anterior.

14.1.5. Além do disposto no item 14.1.4, as empresas deverão também observar a Lei Complementar nº 116/2003, relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), bem como observar os regulamentos do município correspondente no qual a empresa é prestadora de serviços, bem como no município do estabelecimento tomador dos serviços (ou seja, do município da unidade contratante) para que as notas fiscais sejam devidamente escrituradas e o recolhimento ocorra em conformidade às disposições legais, considerando o prazo constante do item 14.1, devendo o mesmo considerar também o vencimento do recolhimento do referido imposto e fazer o percentual correspondente constar do campo próprio da nota fiscal.

14.1.5.1. No caso de prestação de serviços, sujeitos à retenção de ISS, a nota fiscal que não for entregue ao contratante dentro do próprio mês da prestação, deve ser entregue até o 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente, sob pena de arcar com os ônus decorrentes, conforme disposto no item 14.1.5.2.

14.1.5.2. Caso a CONTRATADA não observe o prazo para recolhimento do ISS e o término da contagem do prazo disposto no item 14.1.5.1 ultrapasse o prazo para recolhimento do mesmo, o valor de possíveis penalidades, multas e afins, serão abatidos do valor líquido a ser pago à empresa, não sendo o CONTRATANTE onerado com tais custos de forma alguma.

14.1.6. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como de cópia atualizada do extrato do SICAF comprovando a situação regular da CONTRATADA.

14.1.6.1. Caso algum ou todos os documentos presentes no SICAF estejam vencidos, estes deverão ser apresentados nos termos do item 9.2 do Edital.

14.1.6.2. A não apresentação das comprovações mencionadas no item 14.1.6, assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo ou os seguintes.

14.2. No caso de eventuais atrasos, excetuando-se o previsto no item anterior, os valores serão corrigidos com base na variação *pro-rata-die* do INPC/IBGE, entre o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

14.3. A Nota Fiscal deverá ser entregue no Departamento de Licitações e Contratos do CRF-SP, na Rua Capote



Valente, 487 – 3º andar, no horário das 08h30 às 17h30 horas, impreterivelmente, podendo ser recusado a entrega caso não seja cumprido o horário determinado.

14.3.1. No caso da emissão e do envio de Nota Fiscal Eletrônica, deverão ser utilizados os seguintes endereços eletrônicos:

- a) Departamento de Licitações e Contratos - [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br); e
- b) Departamento de Suprimentos, Patrimônio e Serviços: [lucio.santos@crfsp.org.br](mailto:lucio.santos@crfsp.org.br) e [suprimentosopatrimonio@crfsp.org.br](mailto:suprimentosopatrimonio@crfsp.org.br).

14.4. **O CRF-SP efetuará o pagamento do objeto licitado somente ao contratado, vedada sua negociação com terceiros.**

14.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos ao CONTRATADO enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades, reembolso ou inadimplência contratual.

14.5.1. Serão abatidos do valor da fatura devido à CONTRATADA, os custos com deslocamentos, hospedagens e afins, de advogado e preposto do CONTRATANTE para defesa em ações trabalhistas diversas, propostas por funcionários da CONTRATADA.

14.5.2. Somente não será aplicada à CONTRATADA a providência descrita no item anterior caso elabore a respectiva defesa ou medida judicial cabível, mediante substabelecimento, submetendo-a obrigatoriamente ao crivo do CONTRATANTE.

14.6. O CRF-SP é considerado consumidor final e, portanto, deverá a CONTRATADA obedecer ao fixado no artigo. 155, § 2º, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil.

## 15. DAS PENALIDADES

15.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorridas deste pregão, o CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, rescindir o contrato, caso o contratado venha a incorrer em uma das situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, e, segundo a gravidade da falta, poderão ser aplicadas ao LICITANTE/CONTRATADA inadimplente as seguintes penalidades cominadas no artigo 87 da lei supracitada:

- a) Advertência;
- b) Multa na importância de 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta ou último lance ofertado, devidamente atualizado, em caso de descumprimento parcial do edital;
- c) Multa na importância de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da proposta ou último lance ofertado, devidamente atualizado, em caso de descumprimento total do edital;
- d) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global da proposta ou último lance ofertado, devidamente atualizado, por dia corrido de atraso da prestação dos serviços ou entrega do bem, a ser cobrado pelo período máximo de 30 (trinta) dias de atraso;
- e) Suspensão do direito de licitar por prazo a ser fixado segundo a graduação que for estipulada em função da natureza da falta;



- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação pelo CONTRATANTE.
- 15.1.1. Diante da infração, é possível a cumulação de penalidades, conforme previsão do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, bem como apuração posterior de perdas e danos, caso sejam dimensionados em valor superior.
- 15.1.2. Os valores das multas referidas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item anterior serão descontados do valor líquido, após a liquidação das obrigações tributárias, de qualquer fatura ou crédito existente no CRF-SP, em favor do licitante vencedor. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente.
- 15.1.3. Em caso de interposição de recurso pela empresa sancionada, o CRF-SP poderá reter os valores referentes às multas aplicadas enquanto pendente recurso de julgamento. Após julgamento, em caso de provimento o valor controvertido retido será pago à recorrente e em caso de desprovimento o valor será incorporado ao patrimônio do CRF/SP.
- 15.1.4. São hipóteses de descumprimentos contratuais ou editalícios, mas não somente: fazer declaração falsa, comportar-se de modo inidôneo, não manter a proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, dentre outros a serem julgados pelo CONTRATANTE.
- 15.2. Em caso de aplicação de penalidade, a empresa será notificada e será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia. Em caso de manutenção da penalidade imposta, a empresa será notificada e facultado novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.
- 15.2.1. As razões e eventuais contrarrazões deverão ser **protocoladas**, em via original, no horário das 08h30 às 17h30, em dias úteis, no Departamento de Atendimento do CRF-SP – Rua Capote Valente, 487 – Térreo – Jardim América – CEP 05409-001 – São Paulo – SP.
- 15.2.2. A apresentação de defesa prévia e/ou interposição de recurso poderá ser realizada por e-mail ([licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br)), desde que atendido o seu prazo original, previsto no item 15.2 e que os documentos em vias originais sejam protocolados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que se encerraria o prazo da defesa prévia e/ou do recurso.
- 15.2.3. Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e pelo seu protocolo conforme estabelecido no item 15.2.2 do edital.
- 15.2.4. **A não entrega das vias originais das razões e eventuais contrarrazões acarretará na intempestividade da defesa/recurso.**
- 15.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se o licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos:
- a) Impedido de licitar e contratar com a União, suas entidades e órgãos; e,
- b) Se for o caso, descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes.



- 15.4. A multa, definitivamente mantida após a análise de eventuais recursos, deverá ser recolhida no **prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP.

### 16. DA VIGÊNCIA E REAJUSTE DO CONTRATO

- 16.1. O prazo de vigência da apólice dar-se-á por um período de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão, podendo este prazo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 16.2. Os valores ofertados somente poderão sofrer reajuste após transcorrido 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, ocasião em que será aplicado o último Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo constado de forma expressa o mês de referência no aditivo, nos termos do artigo 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993.

### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.2. A recusa injusta da empresa em assinar, aceitar, ou retirar o CONTRATO **ou o PEDIDO** dentro do prazo de 05 (cinco) dias, após a convocação do CRF-SP, ensejará à empresa a perda do direito à contratação, e caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste pregão.
- 17.3. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 17.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação **ou** inabilitação.
- 17.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item 17.2, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, e de acordo com as propostas apresentadas.
- 17.6. O recebimento das propostas pelo órgão não implica em nenhum direito ao proponente ou compromisso do CRF-SP.
- 17.7. Após o início ou encerramento da fase de lances, não caberá desistência por parte dos licitantes, conforme disposto no subitem 6.2.2 deste edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17.8. Conforme artigo 19 do Decreto nº 5.450/05, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet pelo e-mail: [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br).
- 17.9. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para



justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

- 17.10. A anulação do procedimento licitatório induz à da ata e do contrato.
- 17.11. Na contagem de prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente do CRF-SP.
- 17.12. Em caso de divergência, em qualquer fase da licitação, entre o valor expresso em número e, posteriormente, expresso por extenso, **será considerado válido o valor por extenso**, independente a quem seja mais benéfico, excetuados os casos de conduta dolosa;
- 17.13. É facultada aos interessados a consulta aos autos do processo administrativo, na Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, no Departamento de Licitações e Contratos, situado na Rua Capote Valente, 487 – 3º andar – CJ 32 – Jardim América – CEP 05409-001 – São Paulo – SP, no horário das 08h30 às 17h30, com prévio agendamento por meio do telefone (11) 3067-1478, ou do e-mail: [licitacoes@crfsp.org.br](mailto:licitacoes@crfsp.org.br), e mediante os seguintes procedimentos:
- a) Apresentação de solicitação para vistas, assinada pelo representante legal da empresa e acompanhado dos documentos de comprovação:
    - I - Cópia do contrato social que conste o solicitante como representante legal da empresa; **ou**
    - II - Procuração outorgada por pessoa investida dos necessários poderes para tanto, devidamente acompanhado do ato constitutivo da empresa ou outro documento equivalente, que autorize o credenciado a representar a empresa;
- 17.13.1. É vedado o agendamento de vistas para a data de abertura das propostas a fim de evitar tumulto e prejuízo ao certame.
- 17.13.2. Em caso de extração de cópias, a solicitação deve ser expressa nesse sentido e o custo será de responsabilidade do interessado.
- 17.14. Considerando o amplo acesso de todos os interessados aos autos do processo, não haverá fornecimentos de informação diversa da constante no edital ou complementar por qualquer meio de comunicação, seja telefone, *e-mail* ou similar.
- 17.15. Os prazos previstos neste edital, salvo disposição expressa ou legal em contrário, serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o último dia.
- 17.16. **Havendo divergências entre o código CATMAT ou a descrição do material do sistema COMPRASNET, com o apresentado neste Edital, prevalecerá à última, salvo disposição expressa do pregoeiro ou da Comissão Especial de Licitação.**
- 17.17. É expressamente vedada a subcontratação total do objeto deste Edital, sob pena de rescisão contratual.
- 17.17.1. Será permitida a subcontratação parcial, mediante avaliação da área técnica do CONTRATANTE.
- 17.18. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.



# CRF-SP

**Conselho Regional de Farmácia  
do Estado de São Paulo**

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

---

17.19. Fica eleito o foro da subseção judiciária de São Paulo (Justiça Federal) como único e competente para processar qualquer questão oriunda deste edital e do respectivo procedimento licitatório, bem como referentes ao contrato a que der origem, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Faz parte integrante deste instrumento convocatório:

- ❖ ANEXO I - Termo de Referência - Objeto;
- ❖ ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial; e
- ❖ ANEXO III - Cobertura Mínima.

São Paulo, 23 de outubro de 2019.

**Mariana Dias Torres Carriel**  
Pregoeira do CRF-SP

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA (OBJETO)  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 103/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2019**

**JUSTIFICATIVA:** A aquisição de seguro predial é decorrente da necessidade do CRF-SP em prevenir-se de eventuais furtos qualificados, roubos ou danos causados em eventuais sinistros que possam ocorrer em seus imóveis, salvaguardando assim seu patrimônio.

**DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERENCIA E GESTÃO DO CONTRATO:** O conteúdo técnico da presente licitação é de responsabilidade do Departamento de Suprimentos, Patrimônio e Serviços, representado pela Sr. Antônio Lúcio dos Santos, sendo seus aspectos legais revisados e de responsabilidade do Departamento de Licitações e Contratos e pelo Departamento Jurídico, ficando o primeiro responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e dos serviços contratados, bem como a notificar ao Departamento de Licitações e Contratos sobre os eventuais fatos ou vícios dos serviços, para a tomada de providências, sendo o presente documento assinado pelo respectivos representantes de cada departamento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. A presente licitação tem por finalidade a “Contratação de seguro predial multirrisco para imóveis de propriedade do CRF-SP”, conforme abaixo:

**2. DOS LOCAIS A SEREM COBERTOS**

- 2.1. Os imóveis a serem cobertos pelo seguro estão indicados na tabela abaixo, com descrição básica, endereço e área construída aproximada (M²), podendo ocorrer a inclusão de qualquer outro imóvel, no Estado de São Paulo, que o CRF-SP venha a estabelecer domicílio comercial durante a vigência do contrato de prestação de serviço.

LOCAL		TIPO	ÁREA (M²)
01	Rua Capote Valente, nº 487 - Jardim América CEP:05409-001 São Paulo - SP Térreo - CJ 01 e Loja 1º Andar - CJ 11 e 12 2º Andar - CJ 21 e 22 3º Andar - CJ 31 e 32 4º Andar - CJ 41 e 42 5º Andar - CJ 51 e 52 6º Andar - CJ 61 e 62 7º Andar - CJ 71 e 72 8º Andar - CJ 81 e 82 9º Andar - CJ 91 e 92 Garagens Terraço	Prédio comercial (2 conjuntos por andar)	160,65 m2 - Loja 131 m2 - Térreo 954,99 m2 - CJ par 925,73 m2 - CJ impar 10º 87,70 m2 Garagens 1.342,32m2
02	Rua Amaral Gurgel, 447 – Sobreloja 1 e 2 - República – 01221-001 – São Paulo – SP	Conjunto comercial	547,4 m
03	Seccional de Adamantina - Alameda Jarbas Bento da Silva, 38 - Vila Cicma - 17800-000 - Adamantina – SP	Imóvel comercial (térreo)	229 m
04	Rua Campos Sales, 97 - Sala 83 - 8º Andar - Centro -	Conjunto comercial	61,51 m



	16010-230 - Araçatuba - SP		
05	Seccional de Araraquara - Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo – 14801-385 - Araraquara - SP	Imóvel comercial (sobrado)	418 m
06	Seccional de Avaré - Rua Rio de Janeiro, 2075 - Centro - 18700-130 - Avaré - SP	Imóvel comercial (Sobrado)	230,7 m
07	Seccional de Barretos - Rua Dezoito, 331 - 6º andar - Sala 61 - Edifício Terra Boa - Centro - 14780-060 - Barretos - SP	Conjunto comercial	78 m
08	Seccional de Bauru - Rua Manuel Pereira Rola, 14-14 - Vila Nova Cidade Universitária - 17012-190 - Bauru - SP	Imóvel comercial (Térreo)	170,79 m
09	Seccional de Bragança Paulista – Av. Salvador Markowicz, 135 – Sala 307 – Taboão – 12916 - 010 - Bragança Paulista - SP	Conjunto comercial	182,79 m
10	Seccional de Campinas - Rua Ibsen da Costa Manso, 30 - Grupo 19 - Jd Chapadão - 13070-078 - Campinas-SP	Imóvel comercial (Térreo)	128,2 m
11	Seccional de Caraguatatuba - Av Anchieta, 123 - Centro - 11660-010 - Caraguatatuba - SP	Imóvel comercial (Sobrado)	156 m
12	Fernandópolis - Av Manoel Marques Rosa, 1075 – Sala 72 – 15600-000 - Fernandópolis - SP	Conjunto comercial	46 m
13	Seccional de Franca – Av. Sete de Setembro, 500 - CJ's 406 e 407– Resid. Baldassari– 14401-278 - Franca – SP	Conjunto comercial	182,79 m
14	Seccional de Guarulhos – Av Salgado Filho, 252 – Lojas 408 e 409- Vila Lanza – 07095-010 – Jundiaí – SP	Conjunto comercial	219,50 m
15	Seccional de Jundiaí - Rua Bélgica, 280 – Jardim Cica – 13206-830 – Jundiaí – SP	Imóvel comercial (Térreo)	163 m
16	Seccional de Marília - Av Rio Claro, 203 – Cascata – 17515-010 – Marília – SP	Imóvel comercial (Térreo)	210 m
17	Seccional de Mogi das Cruzes - Rua Dr Deodato Wertheimer, 1605 - 9º andar - CJ 92 - Centro - 08710-908 - Mogi das Cruzes - SP	Conjunto comercial	93 m
18	Seccional de Osasco - Rua Ércole Ferre, 46 – Salas 2 e 3 - Vila Osasco - 06086-200 - Osasco – SP	Imóvel comercial (Sobrado)	202 m
19	Seccional de Piracicaba - Av Ulhoa Cintra, 32 - Centro - 13400-430 - Piracicaba – SP	Imóvel comercial (Térreo)	179,2 m
20	Seccional de Presidente Prudente - Rua Claudinor Sandoval, 407 - Jardim Paulista - 19023-200 - Presidente Prudente – SP	Imóvel comercial (Sobrado)	244,17 m
21	Seccional de Registro - Av Clara Gionotti de Souza, 102 - Sala 101 - 11900-000 - Registro – SP	Conjunto comercial	50 m
22	Seccional de Ribeirão Preto - Rua Dr Soares Romeu, 404 - 14020-370 - Ribeirão Preto – SP	Imóvel comercial (Térreo)	210 m
23	Rua Luís Pinto Fláquer, 123 - Centro - 09010-090 - Santo André – SP	Imóvel comercial (Sobrado)	293,75 m
24	Seccional de Santos - Av Conselheiro Nébias, 730 - CJ 73 - Boqueirão - 11045-002 - Santos – SP	Conjunto comercial	98 m
25	Seccional de São João da Boa Vista - Rua Floriano Peixoto, 11 - 2º andar - Sala 03 - Centro - 13870-060 - São João da Boa Vista – SP	Conjunto comercial	45 m





26	Seccional de São José do Rio Preto - Rua Rubião Jr, 2634 - 15010-090 - São José do Rio Preto - SP	Imóvel comercial (Sobrado)	285,6 m
27	Rua Doutor João Guilhermino, 429 – CJ 31 – Centro – 12210-131 - São José dos Campos - SP	Conjunto comercial	100 m
28	Seccional de São José dos Campos - Rua Antonio Moraes Barros, 66 - Centro – 12245-690 - São José dos Campos - SP	Imóvel comercial (Térreo)	317,31 m
29	Seccional de Sorocaba - Rua Conde D' Eu, 142 - Vergueiro - 18030-040 - Sorocaba - SP	Imóvel comercial (Sobrado)	347,5 m
30	Seccional Zona Leste - Rua Maciel Monteiro, 93 – Vila Santa Tereza – São Paulo – SP – 03566-000	Imóvel comercial (Sobrado)	473,51 m
31	Subsede Leste - Rua Honório Maia, 254 – Tatuapé – 03072-000 – São Paulo – SP	Conjunto comercial	120 m
32	Subsede Norte - Rua Duarte de Azevedo, 431 - Salas 41 e 42 – Santana - 02036-021 - São Paulo - SP	Conjunto comercial	134,04 m
33	Subsede Centro - Rua Marquês de Itu, 408 – 6º Andar - CJ 62 – Vila Buarque 01223-000 – São Paulo - SP	Conjunto comercial	72 m
34	Seccional de Fernandópolis – Rua Rio Grande do Sul, 2181 – Coester – 15603-090 - Fernandópolis - SP	Imóvel comercial (térreo)	378,80 m
35	Seccional de Araçatuba – Avenida Waldemar Alves, 1215 (salão) e 1219 (sobrado e fundos) – Vila Industrial – 016072-175 – Araçatuba - SP	Imóvel comercial (Frente térreo e fundos sobrado)	497,60 m
36	Seccional Santo André – Av. Portugal, 141 – 5º Andar – CJ 51 – Centro – 09040-010 – Santo André - SP	Conjunto Comercial	183 m

Obs. A licitante poderá visualizar na página do CRF-SP a imagem de alguns dos locais indicados acima, através do endereço eletrônico: <http://portal.crfsp.org.br/sobre-o-crf-sp/seccionais.html>

### 3. DAS MEDIDAS PROTETIVAS EXISTENTES DE COMBATE A ROUBO E INCÊNDIO

3.1. Os imóveis identificados no item 2.1. São em sua maioria escritórios de atendimento ao público e de departamentos administrativos e possuem sistema de medidas protetivas conforme descrição básica abaixo:

3.1.1. As medidas protetivas elencadas no quadro abaixo, que são de implantação do condomínio e independem da vontade do CRF-SP, poderão sofrer alterações.

LOCAL		MEDIDAS DE COMBATE A INCÊNDIO	MEDIDAS DE COMBATE A ROUBO/FURTO
01	Sede	Porta corta fogo; Extintores nas áreas comuns; Funcionários do condomínio treinados para auxílio no início do incêndio (condomínio); Hidrantes;	Porteiro 24h; Sistema de alarme com gravação de imagem; Portão automático com fechamento após as 22h00;
02	Amaral Gurgel	Extintores nas áreas comuns	Portaria em horário comercial
03	Seccional de Adamantina	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;



04	Araçatuba	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Portaria 24h; Portão automático, prédio com sistema de alarme;
05	Seccional de Araraquara	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
06	Seccional de Avaré	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
07	Seccional de Barretos	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Portaria 24h, sem sistema de alarme;
08	Seccional de Bauru	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
09	Seccional de Bragança Paulista	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro 24h; Portão automático até 19h; prédio sem sistema de alarme;
10	Seccional de Campinas	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
11	Seccional de Caraguatatuba	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
12	Seccional de Fernandópolis	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro 24h; Portão automático;
13	Seccional de Franca	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro horário comercial (08h/18h);
14	Seccional de Guarulhos	Extintores nas áreas comuns e no imóvel	Porteiro horário comercial (07h/21h)
15	Seccional de Jundiaí	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
16	Seccional de Marília	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
17	Seccional de Mogi das Cruzes	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro horário comercial (07h/21h) sábado até 16h;
18	Seccional de Osasco	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
19	Seccional de Piracicaba	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
20	Seccional de Presidente Prudente	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
21	Seccional de Registro	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Não possui portaria, e sistema de alarme;
22	Seccional de Ribeirão Preto	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
23	Santo André	Extintores no imóvel;	Não possui sistema de alarme;
24	Seccional de Santos	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro horário comercial (08h/18h);
25	Seccional de S João da Boa Vista	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Não possui portaria e sistema de alarme;
26	Seccional de S José do Rio Preto	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
27	São José dos Campos	Extintores nas áreas comuns;	Sistema de Alarme
28	Seccional de S José dos Campos	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
29	Seccional de Sorocaba	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
30	Seccional Zona Leste	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
31	Subsede Leste	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Sistema de alarme;
32	Subsede Norte	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro 24h; Portão automático;
33	Subsede Centro	Extintores nas áreas comuns e no imóvel;	Porteiro 24h; Portão automático;



34	Seccional de Fernandópolis	Extintores no local	Sistema de alarme;
35	Seccional Araçatuba	Extintores no imóvel;	Sistema de alarme;
36	Seccional Leste	Extintores nas áreas comuns e no imóvel	Porteiro horário comercial
37	Seccional Santo André	Extintores no local e áreas comuns no imóvel	Porteiro horário comercial

#### 4. DAS COBERTURAS A SEREM CONTRATADAS E DA VIGÊNCIA DA APÓLICE

- 4.1. As coberturas mínimas compreendidas para os seguros dos imóveis que compõem o objeto da contratação, são as constantes do ANEXO III.
- 4.2. A apólice terá vigência de 12 meses, contados a partir da data de emissão da apólice.

#### 5. DOS PRAZOS

- 5.1. A CONTRATADA deverá entregar apólice no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos. A referida entrega ocorrerá na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo – CRF-SP – Rua Capote Valente, 487 – Térreo – 05409-001 – São Paulo – SP.
- 5.1.1. As incorreções constantes na apólice deverão ser corrigidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da comunicação pela CONTRATANTE.

#### 6. DAS INCLUSÕES, SUBSTITUIÇÕES E EXCLUSÕES

- 6.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição dos imóveis identificados no item 2.1., durante o período da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento detalhado que contemple os valores das coberturas e prêmio para o local a ser incluso, considerando para isso a vigência da apólice;
- 6.1.1. Caso o imóvel a serem substituídos possua valor do prêmio menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.
- 6.1.2. Considera-se mês cheio, para efeito do cálculo, período superior a 15 dias, considerando a data de comunicação pela CONTRATANTE.
- 6.2. Havendo a necessidade de exclusão, durante o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples o valor total a ser devolvido à CONTRATANTE, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

- X = Valor anual do prêmio do local;
- 12 = Número de meses;
- Y = Valor mensal do prêmio do local;
- Z = Número de meses restantes para o término do contrato;
- VT = Valor total a ser devolvido.

- 6.2.1. O valor de “Z” (número de meses restantes para o término do contrato) será obtido considerando a



data a partir da comunicação pela CONTRATANTE. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica ou via carta com aviso de recebimento.

6.2.2. Considera-se mês cheio, para efeito do cálculo, período superior a 15 dias, considerando a data de comunicação pela CONTRATANTE.

6.3. A CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos as alterações na apólice que forem solicitadas pela CONTRATANTE.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes das especificações técnicas, aquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações.

7.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Emitir a apólice no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da homologação do presente certame, cuja data exata será informada pelo CONTRATANTE, por meio de correio eletrônico, conforme informado na proposta comercial, com aviso de recebimento e leitura;
- b) Entregar ao CONTRATANTE a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após sua emissão.
- c) Cobrir os riscos disposto no edital e na apólice de seguro.
- d) Cumprir as condições e prazos dispostos no presente edital;
- e) Prestar atendimento imediato no caso de sinistro, através do telefone informado, prestando assim informações necessárias e protocolo de atendimento/sinistro;
- f) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços ou na entrega dos itens licitados;
- g) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;
- h) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados;
- i) Segurar os imóveis nas condições atuais do momento da divulgação do edital, levando em conta na formação de seu preço todos os riscos preexistentes, não podendo invocar como excludente para eventual indenização, nenhuma condição ou risco já existente no momento da contratação.
- j) Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem todas as condições de qualificação exigidas na licitação;
- k) Indicar, quando da assinatura do contrato, preposto para representá-la durante o período de vigência do contrato, fornecendo à CONTRATANTE o endereço físico e eletrônico, telefone etc. O



preposto terá a finalidade mínima de prestar esclarecimentos, participar de reuniões, receber/resolver reclamações e deficiências apontadas, devendo prestar serviços, no mínimo, durante o horário comercial (08h30 às 17h30).

- l) Garantir o pagamento das indenizações e restituições previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, se houver, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP. O prazo podendo ser prorrogado mediante solicitação por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos;
- m) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- n) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à CONTRATANTE;
- o) Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação do certame;
- p) Encaminhar por escrito, no prazo mínimo de até 45 (quarenta e cinco) dias anterior ao encerramento da vigência da apólice, proposta detalhada contendo os valores para renovação, relatório de sinistralidade e relatório de indenizações pagas para avaliação da CONTRATANTE.
- q) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, sendo limitado em conformidade com o artigo 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, entendendo-se como contrato todos os instrumentos mencionados no artigo 62, do mesmo diploma legal.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 8.1. Exercer a fiscalização dos serviços através de preposto(s) especialmente designado(s), verificando se no desenvolvimento dos trabalhos estão sendo cumpridos os serviços e especificações previstas no edital (quando o caso), no termo de referência (quando o caso), na proposta comercial e no contrato, de forma satisfatória, documentando as ocorrências, podendo para isso:
  - a) Acompanhar os serviços que serão executados pela CONTRATADA, em qualquer de suas fases, sem prévia comunicação;
  - b) Promover as diligências necessárias de forma a acompanhar a execução do contrato;
  - c) Exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;
  - d) Tomar a decisão final em todos e quaisquer assuntos relativos ao objeto contratado, levando-se em conta a experiência, opiniões e sugestões da CONTRATADA;
  - e) Observar se durante toda a vigência do contrato é mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na etapa prévia à contratação;



- f) Solicitar a substituição de qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela CONTRATANTE;
- g) Executar mensalmente, quando o caso, a medição, descontando-se o valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinares em contrato;
- h) Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da CONTRATADA e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;

8.1.1. A fiscalização e acompanhamento dos serviços prestados pela CONTRATADA, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, serão feitos pelo gestor do contrato – Sr. Antonio Lucio dos Santos do Departamento de Suprimentos, Patrimônio e Serviços – que reclamará, pessoalmente ou por representante nomeado, junto ao representante ou preposto indicado da CONTRATADA a regularização das eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, comunicando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, tudo sem prejuízo das penalidades que se mostrarem cabíveis.

- 8.2. Comunicar o sinistro à CONTRATADA dentro do prazo máximo de 24 horas;
- 8.3. Fornecer à CONTRATADA todas informações necessárias sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;
- 8.4. Registrar o ocorrido e fornecer cópia do Boletim de Ocorrência à CONTRATADA, sempre que necessário;
- 8.5. Prestar à CONTRATADA e a seus representantes e funcionários, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 8.6. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário, através de videoconferência ou outra forma previamente acordada, se o caso;
- 8.7. Manter equipe interna à disposição da CONTRATADA para acompanhamento, participação em reuniões, fornecimento de informações e esclarecimentos quanto às diretrizes do trabalho;
- 8.8. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;
- 8.9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo, concedendo os devidos prazos legais para manifestação da CONTRATADA, no que couber.

## 9. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

- 9.1. Para efeito de proposta a licitante deverá apresentar, dentro do prazo estabelecido no item 9.5 do Edital, planilha com as especificações claras e detalhadas das coberturas (danos materiais e danos pessoais), franquias, bem como as importâncias seguradas, conforme especificações mínimas contidas no Edital.

## 10. DA VISTORIA



- 10.1. É facultado aos licitantes realizar vistoria nos imóveis descritos no item 2.1, a fim de complementar e verificar as especificações apresentadas, avaliar riscos e condições dos imóveis para formação do prêmio (custo do seguro), observando-se o seguinte:
- a) A vistoria realizada pela empresa não ensejará emissão de nenhum termo ou comprovante pelo CRF-SP;
  - b) Em hipótese alguma o desconhecimento das condições dos imóveis poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do seguro a ser contratado;
  - c) A vistoria poderá ser realizada até o penúltimo dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, devendo ser agendada junto ao Departamento de Administração, através do endereço eletrônico: [administracao@crfsp.org.br](mailto:administracao@crfsp.org.br)
  - d) Entende-se como vistoria os levantamentos que possam ser realizados pelas licitantes para efeito de apresentação das propostas, tais como visitas aos locais para a avaliação de riscos, constatação da existência de proteção e de combate a incêndio de acordo com as normas de segurança vigentes, sendo certo que, a participação no certame compreende a total aceitação das condições contidas no edital e da aceitação dos imóveis no estado em que estão.
  - e) Durante a vistoria, também é facultado ao interessado a solicitação de documentos oficiais (AVCB, laudo de para raios, contratos com empresas de segurança...) com objetivo de avaliar seu risco. E na sua ausência ou indisponibilidade a seguradora deverá contemplar a informação para cálculo do risco.

## 11. DA APÓLICE

- 11.1. A apólice de seguro deverá conter:

- a) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo os conteúdos, cujos valores constam no Anexo IV deste edital.
- b) O valor do prêmio total;
- c) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
- d) Valor da franquia individualizado por imóvel segurado.

## 12. DAS ORIENTAÇÕES ANTICORRUPÇÃO

- 12.1. Na execução do presente contrato é vedado ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo e ao(à) CONTRATADO(A) e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;



- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

12.2. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo reserva-se ao direito de anular a presente licitação a qualquer momento, a seu exclusivo critério, não cabendo nessa hipótese qualquer recurso ou indenização. Reserva-se ainda, ao direito de contratar parcialmente o objeto da presente Pregão Eletrônico, caso haja perda de interesse no objeto total.

São Paulo, 23 de outubro de 2019.

**Mariana Dias Torres Carriel**  
Pregoeira do CRF-SP



**CRF-SP**

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

**Conselho Regional de Farmácia  
do Estado de São Paulo****ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL****PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 103/2019  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2019**

<b>NOME/RAZÃO SOCIAL:</b>		
<b>ENDEREÇO:</b>		
<b>BAIRRO:</b>		<b>CEP:</b>
<b>MUNICÍPIO:</b>		<b>ESTADO:</b>
<b>CNPJ/MF:</b>	<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL:</b>	<b>INSCRIÇÃO MUNICIPAL:</b>
<b>TELEFONE:</b>		<b>E-MAIL:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL-NOME:</b>		
<b>CARGO/FUNÇÃO:</b>		

ITEM	VIGÊNCIA	OBJETO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	12 MESES	Contratação de seguro predial multirrisco para imóveis de propriedade do CRF-SP, conforme Termo de Referência – ANEXO I, do edital da licitação em epígrafe, considerando coberturas mínimas previstas no ANEXO III do mesmo edital.	R\$ _____

<b>EMPRESA SEGURADORA:</b> _____
----------------------------------

<b>DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE</b>		
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA:</b>	<b>CONTA CORRENTE:</b>
<b>VALIDADE DA PROPOSTA (CONFORME ITEM 5.7.4 B DO EDITAL):</b>		<b>PRAZO DE PAGAMENTO (CONFORME ITEM 14 DO EDITAL):</b>

São Paulo, \_\_\_\_ de novembro de 2019.

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Carimbo C.N.P.J.: \_\_\_\_\_

Assinatura do representa legal e carimbo do CNPJ da empresa.  
Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.



# CRF-SP

**Conselho Regional de Farmácia  
do Estado de São Paulo**

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

## ANEXO III – COBERTURA MÍNIMA

CRF-SP (Sede)		INCENDIO / RAIOS / EXPLOÇÃO	DANOS ELÉTRICOS	GREVES / TUMULTOS / LOCK-OUT	ROUBO / FURTO QUALIFICADO	VIDROS	EQUIP/TOS ELETRÔNICOS	RESPONSA- BILIDADE CIVIL	VENDAVAL / GRANIZO / Furacão/Fumaça	DESMORONAMENTO
001	Rua Capote Valente, nº 487 - Jardim América CEP.: 05409-001 São Paulo/SP Terreo - CJ 01 e Loja 1º Andar - CJ 11 e 12 2º Andar - CJ 21 e 22 3º Andar - CJ 31 e 32 4º Andar - CJ 41 e 42 5º Andar - CJ 51 e 52 6º Andar - CJ 61 e 62 7º Andar - CJ 71 e 72 8º Andar - CJ 81 e 82 9º Andar - CJ 91 e 92 Garagens e Terraço.	R\$ 15.000.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00
002	Rua Amaral Gurgel, 447 - Sobreloja 1 e 2 CEP.: 01221-001 São Paulo/SP	R\$ 824.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
003	Al. Jarbas Bento da Silva, 38 - Vl. Cicma CEP.: 17800-000 Adamantina/SP	R\$ 144.000,00		R\$ 5.000,00	R\$ 8.500,00	Não se aplica	R\$ 8.500,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
004	Av. Waldemar Alves, 1215 e 1219 (fundos)- Vila Industrial CEP 16072-175 Araçatuba/ SP	R\$ 691.740,56	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.706,25	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

EDITAL CONFERIDO POR:

**Caio Vinicius Carvalho de Oliveira**  
**OAB/SP 317.437**  
Consultoria Jurídica



# CRF-SP

## Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

005	Rua Campos Sales, 97 sala 83 - 8º andar - Centro, CEP 16010-230 Araçatuba/ SP	R\$ 131.200,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
006	Rua Humaitá, 2046 - São Geraldo CEP.: 14801-385 Araraquara/SP	R\$ 741.600,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 9.267,34	Não se aplica	R\$ 9.267,34	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
007	Rua Rio de Janeiro, nº 2075 - Centro CEP.: 18700-130 Avaré/SP	R\$ 120.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 8.308,90	Não se aplica	R\$ 8.308,90	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
008	Rua Dezoito, 331 6º andar - sala 61 - Edifício Terra Boa - Centro CEP.: 14780-060 Barretos/SP	R\$ 396.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.357,61	Não se aplica	R\$ 5.357,61	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
009	Rua Manoel Pereira Rolla, 14-014 - VI. Nova Cid. Univer CEP.: 17012-190 Bauru/SP	R\$ 513.600,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 8.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 8.500,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
010	CRF-SP - BRAGANÇA PAULISTA Av. Salvador Markovicz, 135 – Edifício Comercial Carraro Tower - Sala 307 - Bairro Taboão CEP 12916-010 - Bragança Paulista - SP	R\$ 536.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 11.062,93	Não se aplica	R\$ 11.062,93	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
011	R. Ibsen da Costa Manso, nº 30 - lote 19 - Jd. Chapadão CEP.: 13070-078 - Campinas/SP	R\$ 96.928,45	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00	Não se aplica	R\$ 20.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
012	Anchieta, nº 123, Centro CEP.: 11660-010 Caraguatatuba/SP	R\$ 144.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 8.500,00	Não se aplica	R\$ 8.500,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

EDITAL CONFERIDO POR:

Caio Vinicius Carvalho de Oliveira  
OAB/SP 317.437  
Consultoria Jurídica



# CRF-SP

## Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

013	Av. Manoel Marques Rosa, nº 1075 - sala 72 Condomínio Ed. Atlantis CEP.: 15600-000 - Fernandópolis/SP	R\$ 21.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	Não se aplica	R\$ 5.500,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
014	Av. Sete de Setembro, nº 500 - conjuntos 406 e 407 - Residencial Baldassari CEP 14401-278 Franca/SP	R\$ 48.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.900,81	Não se aplica	R\$ 10.900,81	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
015	Avenida Salgado Filho, nº 252 - Conjuntos 408 e 409 - 4º andar - Vlia Lanzara- CEP 07095-010 Guarulhos/SP	R\$ 900.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 12.416,00	Não se aplica	R\$ 12.416,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
016	Rua Bélgica, 280 - Jd. Cica - CEP.: 13206-830 Jundiaí/SP	R\$ 100.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.387,25	Não se aplica	R\$ 5.387,25	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
017	Avenida Claro, 203 – Cascata CEP: 17515-010 Marília/SP	R\$ 364.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 7.915,16	Não se aplica	R\$ 7.915,16	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
018	Seccional de Mogi das Cruzes - Rua Dr Deodato Wertheimer, 1605 - 9º andar - CJ 92 - Centro - 08710-908 - Mogi das Cruzes - SP	R\$ 100.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 11.577,04	Não se aplica	R\$ 11.577,04	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
019	Rua Ércole Ferre, 46 - Sala 2 e 3 - Centro CEP:06086-200 Osasco/SP	R\$ 200.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.716,61	Não se aplica	R\$ 5.716,61	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
020	Av Uihôa Cintra, 32 - Jd Boa Vista CEP.: 13400-430 Piracicaba/SP	R\$ 548.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.685,59	Não se aplica	R\$ 6.685,59	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

EDITAL CONFERIDO POR:

Caio Vinicius Carvalho de Oliveira  
OAB/SP 317.437  
Consultoria Jurídica



# CRF-SP

## Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

021	Rua Claudionor Sandoval , 407, Jd Paulista CEP 19023-200 Presidente Prudente/SP	R\$ 464.800,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 13.577,27	Não se aplica	R\$ 13.577,27	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
022	Av Clara Gionotti de Souza, 102 sala 102 - Centro Comercial Via Spézio Galeria CEP.: 11900-000 Registro/SP	R\$ 70.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.198,36	Não se aplica	R\$ 5.198,36	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
023	Rua Dr. Soares Romeu, 404 - Jd. São Luiz CEP.: 14020-370 Ribeirão Preto/SP	R\$ 587.200,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.327,86	Não se aplica	R\$ 10.327,86	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
024	Rua Luis Pinto Flaquer, 123 - Centro CEP.: 09010-090 Santo André/SP	R\$ 721.600,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	Não se aplica	R\$ 5.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
025	Av. Cons. Nébias, 730 - cj. 73 - Boqueirão CEP.: 11045-002 Santos/SP	R\$ 367.200,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 8.000,00	Não se aplica	R\$ 8.000,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
026	Rua Floriano Peixoto, 11 - 1º e 2º andar - sala 02 e 03 - Centro - CEP.: 13870-060 São João da Boa Vista/SP	R\$ 100.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.251,14	Não se aplica	R\$ 5.251,14	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
027	Rua Rubião Júnior, 2634 - Centro CEP.: 15015-200 São José do Rio Preto/SP	R\$ 904.800,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 10.907,52	Não se aplica	R\$ 10.907,52	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
028	Av. Dr. João Guilhermino, 429 - conjunto 31 - Ed. San James - Centro CEP: 12210-131 São José dos Campos/SP	R\$ 220.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.993,32	Não se aplica	R\$ 6.993,32	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
029	Rua Antonio Moraes Barros, 66 - Centro CEP.: 03069-050 São José dos Campos/SP	R\$ 473.496,02	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 8.500,00	Não se aplica	R\$ 6.993,32	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

EDITAL CONFERIDO POR:

Caio Vinicius Carvalho de Oliveira  
OAB/SP 317.437  
Consultoria Jurídica



# CRF-SP

## Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

Rua Capote Valente, 487 – Jardim América - CEP 05409-001 – São Paulo – SP  
Fone (0..11) 3067-1450 – Fax (0..11) 3064-8973 – Home Page: <http://www.crfsp.org.br>

030	Rua Conde D' Eu - 142 - Vergueiro CEP: 18030-040 Sorocaba/SP	R\$ 668.800,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 7.208,80	Não se aplica	R\$ 7.208,80	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
031	Rua Maciel Monteiro, 93 - Bairro Artur Alvim CEP.: 03566-000 São Paulo/SP	R\$ 500.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.685,59	Não se aplica	R\$ 6.685,59	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
032	Rua Honório Maia, nº 254 – Bairro Tatuapé CEP: 03072-000 São Paulo/SP	R\$ 150.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.522,45	Não se aplica	R\$ 6.522,45	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
033	Rua Marques de Itu 408 - 6º andar CJ 62 - Vila Buarque - Ed. Marques de Itu Offices CEP.: 01223-000 São Paulo/SP	R\$ 90.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.377,15	Não se aplica	R\$ 4.377,15	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
034	R. Duarte de Azevedo 431, 4º andar conjuntos 41 e 42 do Edifício "FAO Business Center I" CEP: 02036-021 - Santana, São Paulo - SP	R\$ 90.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.769,55	Não se aplica	R\$ 1.769,55	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
035	Avenida Portugal, 141, 5º andar Conjunto 51 - Centro CEP 09040-010 - Santo André - SP	R\$ 800.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 11.879,10	Não se aplica	R\$ 11.879,10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
036	Rua Rio Grande do Sul, nº 2181 - Bairro Coester CEP 15603-090 - Fernandópolis / São Paulo	R\$ 530.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 16.013,20	Não se aplica	R\$ 16.013,20	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

EDITAL CONFERIDO POR:

Caio Vinicius Carvalho de Oliveira  
OAB/SP 317.437  
Consultoria Jurídica